

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

## **O cenário inicial do desenvolvimento da educação profissional no Brasil**

Maini Barreira Gonçalves<sup>1</sup>, Sergio Eugenio Menino<sup>2</sup>

**Resumo** – Este trabalho teve origem através de pesquisas prévias para a elaboração de dissertação de mestrado, e objetiva analisar a relação existente entre o processo de industrialização e o desenvolvimento da educação profissional no Brasil durante a Era Vargas (1930-1945). Trata-se de assunto relevante pois visa revisitar as origens da educação profissional em um período onde a industrialização iniciava-se tardiamente no país. Não há pretensão de esgotamento do assunto, e sim de discussão sob pontos de vista diversos baseados nas referências consultadas.

**Palavras-chave:** Industrialização, Educação Profissional, Políticas Públicas.

**Abstract** - This work originated by previous research for the development of master's thesis, and aims to analyze the relationship between industrialization and the development of vocational education in Brazil during the Vargas Era (1930-1945). This is relevant issue since it seeks to revisit the origins of education in a period where industrialization was initiated late in the country. No matter the exhaustion of pretension, but discussion from various points of view based on references consulted.

**Keywords:** Industrialization, Professional Education, Public Policy.

### **1. Introdução**

As primeiras iniciativas de organização da Educação Profissional no Brasil como política institucional estão ligadas às duas primeiras ondas de adensamento do processo de industrialização do país: a virada do século XIX para o XX, quando são instaladas as Escolas de Aprendizes e o Período Vargas, quando se regulamenta o Ensino Técnico e é criado o Sistema S de aprendizagem baseado em um modelo parafiscal de financiamento.

No Brasil o desenvolvimento industrial e conseqüentemente do capitalismo, contrário dos países desenvolvidos, ocorreu de forma tardia em

---

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional – Centro Paula Souza - mainibg@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Política Científica e Tecnológica na UNICAMP – Professor do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Paula Souza - sergio.menino@cps.sp.gov.br

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

função de sua colonização que “diferentemente do capitalismo de via clássica e de via prussiana, (...) não consegue realizar uma política econômica autônoma e um capitalismo sustentado” (LACERDA *ET AL*, 2000, p.25).

Lacerda et al (2000, p.46) afirmam que os primeiros indícios de industrialização no Brasil ocorreram somente no final do século XIX e foram favorecidos por fatores como “o surgimento do mercado de mão-de-obra assalariada originado pela imigração em massa e abolição da escravatura” e, além disso, mudança na “ideologia das classes dominantes” que ocorreu em função da superprodução do café. Surgiam em 1890 as primeiras indústrias brasileiras que tinham como seus proprietários homens com dupla função: além de empresários, também exerciam cargos públicos “o que lhes permitia obter diversos privilégios dos governos federal e estadual” (LACERDA *ET AL*, 2000, p.51).

Carregando o fardo dos ciclos da monocultura herdados da colonização somente após uma conjuntura de crise na economia cafeeira, o Brasil fechou um ciclo econômico e iniciou o desbravamento de outro quando os cafeicultores que já iniciavam seus investimentos nas indústrias desde o fim do século XIX, passaram a apostar nas indústrias as fichas que lhes restavam após a Grande Depressão de 1929.

Em 1930 o Brasil efetivamente ingressou no cenário industrial respaldado por um Plano Nacional criado por Getúlio Vargas e de políticas mais robustas com relação a disseminação da educação profissional que eram entendidas como um braço para o desenvolvimento da indústria. A educação profissional ao longo do governo Vargas apresentou grandes evoluções por meio da Lei Orgânica da Educação Profissional, proposta por Gustavo Capanema, além de outras reformas.

## **2. Referencial Teórico**

Quando busca - se a origem da educação profissional no Brasil, é fato que os registros históricos mais remotos conduzem a uma linha de pensamento comum em relação ao seu público-alvo: “educação destinada para os pobres, desvalidos da sorte e menores abandonados”.

Esse papel foi determinado à educação profissional criando a cultura de que os trabalhos manuais não eram para a elite, e sim destinados, “aos escravos (índios e africanos)” Cunha (2000, p.90). Este preconceito contra o trabalho manual se estendeu por décadas por meio de uma política do próprio Estado que impunha os trabalhos manuais àqueles que não tinham escolha justamente por sua origem.

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

No ano de 1909 o Brasil passava por um “surto de industrialização” e junto a este cenário surgiu a “ideologia progressista” que defendia valores como “progresso, emancipação econômica, independência política democracia e civilização”, onde os empresários industrialistas entendiam “o ensino profissional como um poderoso instrumento para a solução da ‘questão social’” Cunha (2000, p.94).

Cunha (2000, p.94) e Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p.28) ressaltam que a tradução dessa ideologia pôde ser notada por meio da iniciativa de Nilo Peçanha, então presidente do estado do Rio de Janeiro, que através do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criou cinco escolas profissionais – três para o ensino manufatureiro e duas para o ensino agrícola.

Nesse mesmo ano de 1906, o Rio de Janeiro já possuía a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas, fundada pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Essa iniciativa destaca a extrema importância que as estradas de ferro tiveram na introdução do ensino de ofícios associando oficina e escola (o aprender fazendo), principalmente no estado de São Paulo em função da “expansão cafeeira e do porto de Santos que criou condições favoráveis para que na década de 1920, se unificassem as atividades de ensino de ofícios das empresas ferroviárias” (CUNHA, 2005, p.115-116).

Em 1909, como presidente da República, Nilo Peçanha baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro, criando 19 escolas de aprendizes e artífices, situadas uma em cada estado com o objetivo de “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escolado vício e do crime” (Decreto nº 7566/1909). Cunha (2000) afirma que essas escolas se organizavam já como um sistema escolar submetido a legislação específica.

Apesar dos contornos desenvolvimentistas na educação profissional há um contraponto que é apresentado por Cunha quando afirma que essa prática mostrava “uma preocupação mais política do que econômica”:

A industrialização avançava pelo país, principalmente em São Paulo, mas o ensino não avançava na mesma proporção, Cunha (2000, p. 96) cita que os cursos oferecidos eram efetivamente mais ligados a formação de mão-de-obra artesanal do que manufatureira, sendo “a escola de aprendizes artífices paulista uma das poucas que ofereciam ensino de tornearia, de mecânica e de eletricidade”.

Em 1924, por iniciativa do Engenheiro Roberto Mange<sup>3</sup>, foi fundada a “Escola profissional de Mecânica”, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios de São

---

<sup>3</sup> Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica de Zurique e em 1913, a convite do então diretor da Escola Politécnica de São Paulo, engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, veio lecionar no Brasil, a disciplina Engenharia Mecânica. Foi superintendente da Escola Profissional de

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

Paulo que trazia como inovação métodos oriundos do Pós-Guerra, dentre eles, as séries metódicas e a psicotécnica. Ambos buscavam produtividade utilizando “o homem certo no lugar certo” Cunha (2000, p.97), afinal, tanto as séries metódicas quanto a psicotécnica baseavam-se nas teorias de Taylor e na Organização Racional do Trabalho (ORT).

Com essa visão ampla de treinamento de mão-de-obra, no ano de 1927 foi criada na cidade de Mairinque (SP) uma escola de aprendizes a pedido da Estrada de Ferro Sorocabana. Três anos mais tarde, a Administração da Estrada de Ferro Sorocabana, em parceria com a Escola Profissional de Sorocaba, cria um curso destinado ao preparo dos aprendizes e operários da oficina.

A partir da experiência bem-sucedida entre a congregação de esforços do poder público e da esfera privada, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado em 1931 por Roberto Mange e outros engenheiros da escola Politécnica, apresentou um plano ao Governo Estadual com o objetivo de preparar e selecionar funcionários para ferrovia sendo assim criado em 1934 foi quando o “Centro Ferroviário de Ensino e Seleção de Pessoal (CFESP), mantido pelas empresas ferroviárias em parceria com as secretarias do Estado.

Em curto período de tempo os contornos da economia mundial seriam modificados a partir da crise de 1929 o que pareceu ser um “empurrão a industrialização”.

No Brasil, a Revolução de 1930 ocasionou a “perda da hegemonia política pela burguesia cafeeira em favor da classe industrial ascendente e o avanço do processo de industrialização no país intensificou-se a partir de então (LACERDA ET AL, 2000, p.67).

Fonseca (2010, p.102 *apud* Ciavatta e Silveira, 2010) complementa essa visão trazendo à discussão a assunção do governo provisório de Getúlio Vargas.

(...) o país passou, em 1930, por uma de suas mais profundas transformações, que se fez sentir no campo econômico, na esfera social e nas diretrizes políticas. Com a revolução de outubro, o governo provisório assumiu o poder e encetava largas reformas em vários setores da vida nacional. A educação não poderia escapar à sua ação renovadora. No mesmo ano em que triunfava, já o Governo Provisório instalava o Ministério da Educação e Saúde Pública, velho e debatido sonho que encontrava afinal atmosfera propícia à sua criação.

Antes da assunção do poder por Vargas, o país apresentava um cenário onde predominava a economia cafeeira, caracterizada pelo poder político alternado entre São Paulo e Minas Gerais, a conhecida “política do café com leite”.

---

Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, organizou o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, fundou o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundou e dirigiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

De acordo com Silveira (2006, p.5):

O início dos anos 1930 é coroado pela existência de vários projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros reacionários, mas todos valorizando o papel que a educação deveria cumprir na execução do projeto, coerente à ideologia.

Baseado nesses ideais modernizadores instituiu a reforma na educação realizada pelo então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos.

Cunha (2000 *apud* Silveira, 2006, p. 5-6) afirma que:

Apesar de a Reforma Francisco Campos privilegiar apenas o ensino comercial em detrimento do ensino industrial, em 1934 há a transformação da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, vinculada diretamente ao Ministro. Assim, vai sendo estruturada a ideologia, no sentido de reiterar que a educação deve formar o homem brasileiro, como elemento da produção, necessário ao progresso da nação.

Diante das lacunas presentes no cenário político e econômico, os investimentos maciços na indústria nacional e a reforma da educação profissional vieram por meio do Governo de Vargas, durante o “Estado Novo” (1937 – 1945).

Em 1937 com a outorga da Constituição Federal por Getúlio Vargas, inaugura-se a Ditadura do Estado Novo e um novo período para a educação profissional. A Constituição de 1937 era a primeira a introduzir disposições relativas à educação profissional, inclusive quanto à cooperação entre a indústria e o Estado, dando lugar em 1938, a primeira tentativa de implantação de cursos de aprendizagem nos estabelecimentos industriais (BOLOGNA, 1969, p.12).

Desde 1937, o Estado adotava uma política agressiva de investimentos industriais, em setores de produção pesada, que ainda não exerciam atração na indústria privada, devido aos elevados dispêndios de capital (BOCLIN, 2005, p.21).

Porém, a visão da educação profissional segundo, Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p. 28) continuava a mesma, afinal:

[...] o ensino profissional era definido claramente como “ensino destinado às classes menos favorecidas da sociedade, de competências do Estado, e, de acordo com seu artigo 129, no caso de faltar recursos necessários à educação em instituições particulares, ‘é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais”.

No ano de 1939, o Governo Federal constituiu uma Comissão Interministerial incumbida de regulamentar o Decreto – lei nº. 1.238, de 2/05/1939, que dispunha, entre outros objetivos, sobre os cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores (BOLOGNA, 1969, p.23).

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

Essa Comissão, deslocou-se para São Paulo, onde teve contato com as atividades desenvolvidas por Roberto Mange, desde 1924, no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção de Pessoal. As diretrizes dos estudos de Roberto Simonsen estavam coerentes com o cenário que se desenhava, pois no mesmo ano de 1939, no entendimento de Bologna, (1969, p.23):

(...) foi criada uma Comissão Interministerial, constituída pelo governo da União para estudar o problema da formação de mão-de-obra industrial e regulamentar os cursos para trabalhadores da indústria, previstos no Decreto – lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939, preconizava a instituição de um sistema nacional de aprendizagem industrial, custeado pelas empresas e integrado nas atividades do Ministério da Educação.

O governo Vargas tinha claros projetos de governo que refletiam no desenvolvimento da indústria e enxergavam a educação profissional como uma alavanca aos seus planos de industrialização. O primeiro deles, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 7 de abril de 1941, uma sociedade anônima de economia mista que trazia em sua criação dois objetivos muito distintos: a industrialização e a soberania nacional:

Já por ocasião da Revolução de 1930, a criação de uma grande indústria siderúrgica nacional havia sido fixada como um dos objetivos do governo, visando a atender às necessidades não só do desenvolvimento econômico, mas da própria soberania nacional. Foi exatamente a preocupação com a defesa nacional que fez com que, a partir de meados da década, os militares passassem a desempenhar um papel chave na luta em prol da indústria siderúrgica brasileira (FGV/CPDOC, 2015).

Em 22 de janeiro de 1942 surgia o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, chamado inicialmente de Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, o SENAI.

Sua origem é analisada por meio de dois pontos de vista distintos: o primeiro, pela narrativa histórica do SENAI que atribui à sua criação uma antecipação da classe industrial, sob a liderança de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, que deliberaram em assumir, não somente os encargos, mas também as responsabilidades pela organização e direção de um organismo próprio, subordinado à Confederação Nacional da Indústria e às Federações de Indústrias dos Estados.

Outro ponto de vista é o defendido por Cunha (2000, p.100), com base em entrevistas realizadas com participantes dos acontecimentos à época dos fatos:

A reação dos empresários passou, então, da forma passiva para a forma ativa, recusando-se a cumprir as determinações do decreto. Diante disso, o próprio presidente da República Getúlio Vargas lhes teria dito que ou eles aceitavam assumir a formação profissional prevista na Constituição, incluindo o custo financeiro, ou o governo manteria a forma definida pelo último decreto. Poderia haver até

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

mesmo a atribuição da gestão de todo o sistema aos sindicatos dos trabalhadores. Sem melhor alternativa, a CNI e a FIESP consentiram e assumiram como criação sua o sistema SENAI que resultou do decreto – lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

Desde então o SENAI passou a representar segundo Cunha (2000, p.101) “uma posição hegemônica no que se refere à formação de operários qualificados”. “Nos anos 40 iniciou suas atividades priorizando o programa de aprendizagem industrial, para qualificar o operariado para a indústria nascente”.

Até então, “o ensino profissional não dispunha de preceitos gerais, uniformes para todo o país, afinal “a União se limitara, apenas, a regulamentar as escolas federais” (CIAVATTA E SILVEIRA, 2010, p.105).

A grande revolução na educação profissional brasileira ocorreu por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que veio modificar por completo, aquele panorama. Daí por diante aquele ramo de ensino teria unidade de organização em todo território nacional (CIAVATTA E SILVEIRA, 2010, p.105).

Considerada como moderna e muito minuciosa a Lei Orgânica do Ensino Industrial parece dar conotação ao trabalho do ponto de vista Marxiano que vê no trabalho “um meio de emancipação, de realizar-se e de identificar-se na sociedade”.

A reforma proposta pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema foi criada com o apoio de educadores e empresários e contou com um desenvolvimento muito criterioso baseado em análises de estruturas educacionais de países desenvolvidos.

Ciavatta e Silveira (2010, p.106), afirmam que “a Lei Orgânica do Ensino Industrial estabeleceu as bases da organização e de regime daquele ensino”. Logo no início, esclarece ser aquele ramo de ensino destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca.

Estabeleceu, ainda, uma medida de extraordinária importância quando definiu o ensino industrial como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário.

Deixava ele, assim, de pertencer ao grau primário, situando-se no mesmo nível que o secundário. Enorme passo fora dado, subira de categoria o ensino industrial. Esta providência permitiria sua articulação com outras modalidades de ensino, o que, realmente, foi feito pelo artigo 18, alínea III, que estabelecia a garantia do ingresso em escolas superiores diretamente relacionadas com os cursos concluídos, aos portadores de diploma de um curso técnico. (CIAVATTA E SILVEIRA, 2010, p.106)

Essa ação desmantelou a conotação até então dada a educação profissional de terminalidade aos estudos para os alunos do ensino industrial. A

### **Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

democratização no ensino dava seus primeiros passos, proporcionando a todo e qualquer aluno a chance de progressão ao ensino superior, além disso, trazia elementos relativos a um projeto de nação que agregava além da formação para o mundo do trabalho aspectos sociais e culturais.

Diante de uma estrutura que garantiria a formação de mão - de - obra para a indústria, os planos de Vargas contemplavam ainda a criação de mais duas grandes companhias que têm ainda hoje grande representatividade no cenário nacional. A primeira delas, a Companhia Vale do Rio Doce “Empresa de capital misto criada através de decreto-lei pelo presidente Getúlio Vargas em junho de 1942. Com controle acionário do governo federal, a CVRD foi organizada para impulsionar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, principalmente o ferro” (CPDOC/FGV, 2015).

Mais tarde em 3 de outubro de 1953, depois de intensa mobilização popular, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petróleo Brasileiro S. A – Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição (CPDOC/FGV, 2015).

Em meio ao desenvolvimento de empresas de grande porte e de importância elevada, Vargas, em um de seus discursos à nação manifestava sua satisfação em criar uma identidade nacional por meio da industrialização e da educação profissional ao dizer que "constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras (...) constitui novo marco da nossa independência econômica" (CPDOC/FGV, 2015).

### **3. Método**

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica exploratória qualitativa, baseada principalmente em textos de Luiz Antônio Cunha, além de outros textos e estudos prévios para a elaboração de uma dissertação de mestrado, além de textos discutidos na disciplina de Políticas e Organização da Educação Profissional.

Optou-se por um recorte abordando dois pontos principais do programa da disciplina: A modernidade a ascensão do industrialismo, e o desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Para isso foram selecionados textos discutidos no Bloco Temático I – Globalização, Modernidade, Política, C&T e Educação, além do Bloco Temático III – As Políticas e a Organização da Educação Profissional no Brasil.

### **4. Resultados e Discussão**

Nota-se que desde a sua origem o ensino profissional brasileiro carregou o fardo de educação destinada aos menos favorecidos destacando-se como uma

### **Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

política de cunho assistencialista ao invés de uma política pública para atendimento das demandas de mercado.

Até 1942 o governo Vargas transparecia nitidamente a preocupação em manter a educação profissional no mesmo patamar em que esteve ao longo de sua existência, isso fica muito claro na própria Constituição outorgada em 1937. Somente a partir de então, por meio da Reforma Capanema, que compreendeu vários decretos e ações dirigidas a educação profissional ganhou a atenção como política pública, instituída por Leis Orgânicas que definiam sua estrutura.

Essas leis foram fundamentais para a democratização do acesso à educação e para o acesso de alunos até então condenados a terminalidade dos estudos na própria educação profissional. Além do aspecto democrático, as Reformas de Capanema denotam um sentido de humanidade, transcendendo o sentido de educação apenas para o atendimento das demandas de mercado, e sim como um mecanismo de formação e desenvolvimento do ser humano por meio do trabalho.

Na atualidade, o Brasil e os países emergentes enfrentam graves problemas no oferecimento da educação por força de políticas voltadas aos favorecimentos individuais, do pensamento hegemônico e de suas influências por meio de organismos de financiamento internacionais. Parece que as ações imediatistas continuam prevalecendo na dinâmica da educação brasileira, ao sabor dos ventos ideológicos e políticos ao invés de sua função principal: o atendimento em prol do bem comum.

### **5. Considerações finais**

Olhando para o passado recente da educação profissional buscou-se compreender a industrialização brasileira e o desenvolvimento da educação profissional em um período tão importante da história nacional é de grande valia para o entendimento das políticas públicas atuais.

Através deste resgate histórico é possível identificar que um Plano Nacional baseado em um conjunto de leis elaborado pelo ministro Gustavo Capanema, um intelectual que buscou compreender o cenário da educação mundial durante o governo Vargas, é de fundamental importância para o crescimento do país.

O assunto é amplo e engloba muitas outras reflexões, porém, o que fica nítido é que de nada adianta um conjunto de ações muito bem elaboradas e que implicam em planos de médio e longo prazo, se próximos governos que assumem o poder não derem continuidade a esses planos simplesmente por discordância ideológica ou por trocar o futuro de gerações por favorecimentos e vantagens individuais.

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.****Referências**

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 38, n.2, maio/agosto 2012.

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: Acesso em: 07 jun. 2016.

BOLOGNA, Italo. *Formação profissional na indústria: O SENAI*. São Paulo: Fundação IBGE Serviço Gráfico, 1969.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide S. *Celso Suco da Fonseca*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial – manufactureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio/jun./ago. 2000.

\_\_\_\_\_. Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CSN>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

LACERDA, A. C, et al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 3ª. ed. São Paulo: McGrawHill, 2006.

SILVEIRA, Zuleide Simas. *Educação Profissional no Brasil: Da industrialização ao século XXI*. Revista da Educação Pública. Maio. 2006.